



Este é o ano de consolidação da nossa classe profissional

Por Nuno Dias da Silva / Roberto Ferreira

Em Portugal, o Técnico Oficial de Contas tem que passar a ser um parceiro na decisão e deve ser ouvido com todo o rigor, para que os actos de gestão possam ser consolidados, pondo termo a autênticas “aventuras”. É desta forma que Domingues de Azevedo valicina o papel futuro dos profissionais da Contabilidade e da Fiscalidade.



O Presidente da Direcção da CTOC faz o balanço do ano que findou e afirma, convicto, que 2006 será “o ano da consolidação” dos projectos lançados pela Instituição durante 2005. Domingues de Azevedo traça horizontes, afirma a grande “vitória” que foi a constituição do Sistema Complementar de Segurança Social e revela que vai avançar com a proposta da extinção da Comissão de Normalização Contabilística. Para o responsável faz todo o sentido que sejam os profissionais da Contabilidade a definirem as regras.

Aos membros deixa um forte apelo para uma maior participação na vida da Câmara e, avisa, que a maior organização de inscrição obrigatória do país não é “um satélite” de ninguém...

Garante que os TOC já vão sendo consultados gradualmente, mas que é necessária uma mudança de mentalidades, designadamente por parte dos empresários, que os devem considerar, acima de tudo, parceiros com utilidade.

TOC – O ano de 2005 foi de concretizações para a CTOC. Que principais iniciativas desenvolvidas destaca?

Domingues de Azevedo — Não há dúvida que 2005 foi um ano de grandes concretizações para os Técnicos Oficiais de Contas, pois concluímos uma série de processos estruturais que já vinham a ser tratados, como

é o caso do Sistema Complementar de Segurança Social, a concretização da aquisição das novas instalações, localizadas na avenida Barbosa do Bocage e a criação e desenvolvimento da “Pasta TOC”. São iniciativas que considero basilares para o futuro da nossa Instituição.

TOC – Quer salientar alguma?

D.A. – Este é o ano da consolidação. Seria bom solidificar as iniciativas já principiadas com o intuito de tirar delas o maior rendimento, sob pena de acontecerem desequilíbrios ou não se atingir os fins desejados. Exemplo acabado é o Sistema Complementar de Segurança Social. É preciso promover e divulgar esta iniciativa junto dos membros, esclarecendo muito bem os efeitos que terá no seu amanhã. A CTOC acredita neste projecto e está fortemente empenhada nele, efectuando poupanças na sua gestão para investir neste fundo, que será uma mais-valia para os Técnicos Oficiais de Contas. Só em 2006 vamos orçamentar 1 milhão e 42 mil euros, o que é muito significativo.

Não posso deixar de me referir também à “Pasta TOC”, um instrumento criado pela Câmara e que vem aproximar os membros da Instituição. Pelos dados que disponho, temos tido uma aceitação muito grande, no que considero ser uma iniciativa que vem agilizar a comunicação e diminuir o grau de burocracia que o uso do papel acarreta. Su-

blinho que só em portes dos Correios a CTOC gastou, em 2005, mais de 60 mil euros/mês. A “Pasta TOC” vem reduzir esse custo. Não fazia sentido que os grandes dinamizadores da desmaterialização das declarações fiscais (são enviadas anualmente pelos TOC cerca de 13 milhões de declarações) não usassem um sistema moderno e eficaz de comunicação.

TOC – Acautelar o futuro dos profissionais é o objectivo do “Fundo de Pensões”?

D.A. – Não tenho dúvidas que o Sistema Complementar de Segurança Social terá um efeito muito grande no futuro dos TOC e antecipa o que serão as dificuldades iminentes da sociedade europeia para lidar com este problema.

A Europa tem uma grande tradição de protecção social e as dificuldades económicas impedem os Estados do “Velho Continente” de honrar os seus compromissos nesta matéria. Mais dia menos dia, terão de ser encontrados equilíbrios. Não acho que o sistema de Segurança Social esteja ameaçado, como alguns querem fazer crer mas, naturalmente, terão de existir algumas alterações e o seu funcionamento repensado.

Esta iniciativa revela um factor essencial na evolução da profissão: a concepção do associativismo público, até hoje considerada de vivência de pedestal, acabou. O associativismo público tem que lidar com os seus próprios membros que também são cidadãos de pleno direito, nunca descurando o papel central da CTOC, que é disciplinar e regular o exercício da profissão.

As iniciativas que atrás elenquei revelam que estamos perante a consolidação de uma classe profissional recente.

TOC – Pensa que deve existir uma nova tomada de consciência na classe?

D.A. – Os TOC, na teoria e na prática, cultivam, por vezes, conceptualizações minorizadas sobre a sua função profissional, se compararmos com outros ramos do saber e actividades profissionais, quando só têm é que se sentir dignificados, fruto do seu apego às normas e às regras que regem a cobrança de im-

postos em Portugal. São responsáveis pelos actos conducentes à determinação dos quantitativos fiscais que empresas e cidadãos pagam. No fundo, são estes profissionais que arranjam o dinheiro para que todos os outros possam ter a respectiva formação.

A revista «Contabilidade e Gestão» é um bom exemplo no esforço de alterar mentalidades e quebrar tradições negativas no que respeita à definição da própria Contabilidade. É preciso tomar consciência que os profissionais deste ramo do saber podem competir com outras áreas. E isso é importante.

«CTOC não será um “polícia” junto dos profissionais»

TOC – O projecto da Casa do TOC é o passo seguinte?

D.A. – Penso que é uma ideia embrionária que terá de aguardar mais algum tempo. Queremos proporcionar as melhores condições para os nossos membros, mas não temos dinheiro para tudo e só dependemos das quotas.

TOC – A Comissão de Controlo da Qualidade entrou em funcionamento. O que vai exigir em concreto a CTOC dos seus membros?

D.A. – É preciso desmistificar o medo que o controlo de qualidade cria em algumas pessoas. A CTOC não será um “polícia” junto dos profissionais, mas há necessidade de criar condições mínimas de igualdade, oportunidades e responsabilidades que terão de ser observadas, porque alguns colegas não as respeitam. O que se exige é o respeito pelos critérios mínimos de rigor e qualidade profissional. Quem não cumprir estes objectivos está a executar mal o seu trabalho e a denegrir a sua classe. Os TOC têm de dar o exemplo, em primeiro lugar.

TOC – Será adoptada numa primeira fase uma atitude pedagógica e só posteriormente será imposta uma atitude mais disciplinadora?

D.A. – Numa primeira fase vamos sensibilizar e esclarecer as pessoas e fazer com que os TOC que não cumprem passem a fazê-lo, para num período posterior adoptarmos comportamen-



tos punitivos. Mas há um aspecto que gostaria de destacar: a dilação do tempo não pode ser a justificação para o incumprimento.

Congresso Prolatino reunirá especialistas da Europa e América do Sul

TOC – A CTOC deu início às comemorações do 10.º aniversário do reconhecimento de interesse público da profissão, organizando uma série de conferências e debates. Que balanço faz dos eventos até agora realizados?

D.A. – Faço uma avaliação muito positiva. Temos tido a preocupação de realizar eventos bimensais, alternadamente em Lisboa e no Porto. Até à data os oradores e os temas escolhidos foram de uma felicidade extraordinária. Primeiro, o actual presidente do Tribunal de Contas, Guilherme d'Oliveira Martins, e mais recentemente, no Porto, o fiscalista e ex-deputado, Lobo Xavier e a Prof. Lúcia Lima Rodrigues. Pela amostra das últimas conferências, atingiremos o objectivo de sensibilizar os profissionais para temáticas ligadas à sua classe.

É preciso desmistificar o medo que o controlo de qualidade cria em algumas pessoas. A CTOC não será um “polícia” junto dos profissionais...

TOC – O Congresso Prolatino, em Abril, será um evento importante que reunirá profissionais de diversos países. Que expectativas tem?

D.A. – Será um momento alto para a Contabilidade nacional e uma oportunidade para apostarmos numa lógica de intercomunicação que não tem sido muito desenvolvida até aqui. No VIII Congresso Prolatino, que decorrerá nos dias 7 e 8 de Abril, teremos especialistas de diversos países europeus e da América do Sul nas áreas da Contabilidade, Fiscalidade e Gestão. As experiências que possamos ter com outros profissionais só podem ser positivas tendo como objectivo a nossa evolução.

TOC – A presença recente em actividades com a chancela da CTOC do ministro de Estado e das Finanças, do secretário de Estado dos Assuntos

Fiscais, do director-geral dos Impostos e de antigos titulares governamentais, engrandecem e aumentam o prestígio da Instituição junto da sociedade em geral?

D.A. – Evidentemente que sim. A presença do ministro de Estado e das Finanças e dos outros responsáveis referidos em iniciativas recentes é o reconhecimento do nosso trabalho e da credibilidade que possuímos. O conceito do TOC fechado no gabinete, o “mangas-de-alpaca” a contar o dinheiro, pertence à História. Hoje, os profissionais emitem a sua opinião e intervêm activamente.

A CTOC não pode ignorar a realidade fiscal e organizacional das nossas empresas. Todo o trabalho desenvolvido mostra que tem ido ao encontro desses desideratos.

TOC – O TOC é, neste momento, um profissional ouvido e consultado com a regularidade desejada pelos sujeitos passivos e empresas?

D.A. – Hoje, o TOC começa a ser ouvido e consultado, mas este é um processo ainda gradual. No domínio da organização, da fiscalidade e da cultura do próprio Estado, houve sempre uma conceptualização do acto fiscal numa óptica de economicidade e poucas vezes numa óptica de Direito. Naturalmente que esta concepção está enraizada nos empresários e acabou por ser absorvida pelos profissionais. Hoje, como o Estado tem necessidade de muitas receitas financeiras, refina os sistemas fiscais e «cai» com maior peso sobre eles. Começa a perceber-se, por exemplo, a importância de emitir ou não emitir uma factura. Recordo que temos apenas a partir de 1990 um sistema de criminalização do incumprimento no sistema fiscal. Até essa altura não era considerado crime, mas apenas um défice económico, o que dificultava o relacionamento entre o técnico e o empresário. Em muitos domínios continua a entender-se o acto fiscal numa perspectiva errada. O Estado foi o verdadeiro causador desta situação, por omissão.

Há uns anos, comentava-me um administrador belga que os portugueses faziam uma gestão “à vista” e que eram muito aventureiros na actividade empresarial. Na Bélgica, antes de um



investimento ser aplicado, a primeira pessoa a ser consultada é um técnico na área da Contabilidade e da Fiscalidade, para aferir as condições para o investimento.

Em Portugal, o TOC tem que passar a ser uma espécie de parceiro na decisão e deve ser ouvido com todo o rigor, para que os actos de gestão possam ser consolidados, pondo termo a autênticas aventuras.

Contudo, há já muitos empresários que ouvem o seu Técnico Oficial de Contas. Mas as mentalidades têm de se alterar para o bem da nossa Economia.

TOC – Em que ponto está actualmente o relacionamento entre a CTOC e a Administração Fiscal?

D.A. – O relacionamento entre a CTOC e a Administração Fiscal conheceu momentos muito positivos quando Nunes dos Reis foi Director-geral dos Impostos. Actualmente, qualifico de excelente o relacionamento com o actual responsável, Paulo Macedo.

Como é natural, estas coisas não se modificam de um dia para o outro, e ainda hoje, na mente de muito boa gente, persiste a ideia de subordinação dos TOC ao Ministério das Finanças e à Direcção-Geral dos Impostos. Provavelmente, reminiscências do passado em que a qualificação profissional era reconhecida pela DGCI.

A realidade actual é diferente e, sem prejuízo do respeito que é devido a ambas as instituições, embora sejam as duas intervenientes na gestão do sistema fiscal, têm características e responsabilidades completamente diferenciadas, em que uma executa e a ou-

tra verifica e avalia o cumprimento das normas que lhe são aplicadas, e a coerência dos seus resultados com a veracidade patrimonial dos sujeitos passivos. São dois entes da mesma realidade, complementares entre si. Assim, é nosso entendimento que um bom relacionamento como o que hoje acontece só pode ser benéfico para a causa pública que está subjacente à função desempenhada pela DGCI e pela CTOC.

“É um absurdo o actual sistema de normalização contabilística”

TOC – A proposta inicial do Orçamento do Estado (OE) para 2006 não agradou à CTOC, mas o Ministério das Finanças reviu a sua posição. O que contribuiu para o volte face?

D.A. – A proposta inicial do OE reflectia a inversão da pirâmide. Contudo, o bom senso do ministro de Estado e das Finanças e da sua equipa revelou uma excelente capacidade de compreensão e decisão, apreendendo o que estava em jogo. A CTOC não é contra a criação do mecanismo de diligência, que é o que agora se institui com a alteração ao número 3 do artigo 8.º do RGIT. A alteração deste normativo diz-nos que o TOC, que manuseia os actos conducentes à capacidade determinativa dos sujeitos passivos, tem que ser diligente no exercício da sua profissão. A CTOC aceitou o dever de diligência, mas criou a excepção, para nos casos em que o profissional não é responsável, poder elidir essa responsabilidade. Assim é que está correcto, na nossa opinião.





É um absurdo o actual sistema de Normalização Contabilística. Não faz sentido que não sejam os profissionais da Contabilidade a definirem as normas que eles próprios têm de observar e cumprir

TOC – Vai defender, já este ano, que a Normalização Contabilística passe a ser definida pelos profissionais da Contabilidade. Porquê?

D.A. – É um absurdo o actual sistema de Normalização Contabilística.

Não faz sentido que não sejam os profissionais da Contabilidade a definirem as normas que eles próprios têm de observar e cumprir. A própria União Europeia já desde há muito que entregou a normalização aos profissionais da área. A normalização que devemos fazer será diferente. Com toda a certeza, iremos retirar a carga de intervenção política associada à normalização e as perversões a ela ligadas. A proposta que nós defendemos vai ser apresentada ao Ministério das Finanças no decorrer do próximo ano.

TOC – Já neste mês de Janeiro a quota aumenta para 11 euros. Como justifica a decisão?

D.A. – Os TOC pagam provavelmente uma quota zero à sua Instituição. Passo a explicar: se os profissionais tivessem que adquirir no mercado as ferramentas e os meios que a CTOC disponibiliza permanentemente, de certeza que gastavam um valor superior a 11 euros. Em bom rigor,

o retorno que a CTOC propicia aos seus membros reduz praticamente a valores negativos a quota que os profissionais pagam. O retorno é sempre superior. Basta observarmos o seguro de responsabilidade civil, a Revista «TOC», o CD-Rom e a revista «Contabilidade e Gestão».

Se os membros tivessem de adquirir, por exemplo, apenas o CD-Rom, não conseguiriam a assinatura mensal deste suporte pelo valor que hoje pagam de quota. Ainda recentemente o mercado viu nascer uma publicação sobre “dicas e conselhos”, que exige o pagamento por assinatura de 500 euros anuais. O melhor é não fazermos sequer comparações.

TOC – Para finalizar, que mensagem quer deixar aos Técnicos Oficiais de Contas?

D.A. – Sobretudo, queria desejar para o ano em curso, que sejamos capazes de darmos as mãos e unirmo-nos em torno dos grandes projectos que temos, construindo uma profissão cada vez mais digna e credibilizada. Para isso, apelo a que todos os membros se associem às actividades desenvolvidas pela Câmara. Só assim vale a pena continuar a trabalhar em prol desta classe profissional. ★